
Estudantes do ensino superior público, pobreza e mercado de trabalho no Brasil

Solange de Cassia Inforzato de Souza¹

 <https://orcid.org/0000-0002-9806-2319>

Bianca Andrade Oliveira²

 <https://orcid.org/0000-0002-8131-7995>

Magno Rogério Gomes³

 <https://orcid.org/0000-0002-7536-8710>

Recebido em: 21/12/2022

Aprovado em: 16/02/2023

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a inserção do estudante em situação de pobreza na rede pública de ensino superior e sua repercussão no mercado de trabalho no Brasil. Para este propósito, realiza a análise descritiva dos dados e aplica o modelo Logit de probabilidades, a partir dos dados da PNAD Contínua 2019. Afirma-se que os estudantes da rede superior pública são pessoas mais jovens, não brancos, residem em regiões menos desenvolvidas e são relativamente mais pobres, em comparação à rede privada. Controladas as características dos estudantes, ser mulher, ter filhos menores e morar em regiões mais desenvolvidas, reduzem as chances de frequentar a universidade pública, mas ser pobre incrementa essa possibilidade. Estudar na rede pública superior diminui a probabilidade de participação e ocupação do estudante no mercado de trabalho. Esses elementos conduzem à relevância da escola superior pública para estudantes socioeconomicamente mais frágeis e sua postergação da entrada no mercado de trabalho, o que pode estimular a mobilidade educacional e social no Brasil

Palavras-chave: Estudantes universitários. Educação superior pública. Pobreza. Ocupação.

Código JEL: I20; I30; J29.

¹ Doutora. Professora sênior da Universidade Estadual de Londrina. Professora do Mestrado em Economia regional da UEL. E-mail: solangecassia@uol.com.br

² Graduada em Economia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR). E-mail bianca.andrade8@hotmail.com

³ Doutor. Professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR). E-mail: magnorg86@gmail.com

Students of public higher education, poverty, and labor market in Brazil

Abstract

The aim of this article is to analyze the insertion of students in poverty in the public higher education network and their repercussion in the labor market in Brazil. For this purpose, we perform the descriptive analysis of the data and apply the Logit model of probabilities, based on the data from the Continuous PNAD 2019. We stated that students from the public higher education network are younger people, non-white, live in less developed regions and relatively poorer compared to the private network. Controlling the characteristics of students, being a woman, having children under 13 years of age and living in more developed regions, reduce the chances of attending the public university, but being poor increases this possibility. Studying in the higher public network decreases the probability of student participation and occupation in the labor market. These elements lead to the relevance of public higher education for socioeconomically weaker students and for postponement of entry into the labor market, which can enable educational and social mobility in Brazil.

Keywords College students. Public higher education. Poverty. Occupation.

JEL code: I20; I30; J29

Introdução

A erradicação da pobreza tem constituído um enorme desafio e um dos objetivos do desenvolvimento sustentável perseguidos na Agenda 2030 da Organização das Nações. Na América Latina e no Brasil, a pobreza tem natureza multifacetária e persistente, ao mesmo tempo em que os avanços econômicos e sociais conquistados até meados da década passada desaceleraram em um contexto econômico menos dinâmico (CEPAL, 2020). Nesse sentido, a educação superior em instituições públicas pode ser essencial para proporcionar a ascensão social e superação da pobreza no país.

De acordo com a OECD (2020), em 2019, mais de 1 milhão de pessoas concluíram o ensino superior no Brasil, todavia, somente 20% desses concluintes finalizaram sua graduação em instituições públicas. Ainda, conforme o Censo da Educação Superior no Brasil de 2019, o número de estudantes na educação de nível superior pública é menor do que na privada, apesar do aumento da matrícula de discentes em cursos de graduação (8,6 milhões de matriculados) (INEP, 2020a,b).

As informações mundiais são as de que indivíduos graduados possuem rendimentos maiores e maior nível de ocupação quando comparados aos que completaram somente o ensino médio (OCDE, 2020). No Brasil, Blom, Holm-Nielsen e Verner (2001) e Verner (2005), avaliaram o efeito transformador do nível educacional nos salários e emprego dos indivíduos, mas também as dificuldades no acesso e na conclusão do ensino superior para os de origens mais pobres. Mais recentemente, Reis e Machado (2016) sugerem que o maior acesso de pessoas pobres em instituições de ensino superior acarretará a redução da desigualdade de renda e pobreza desses indivíduos, e Rocha *et al.* (2017) revelaram que o crescimento do ensino superior público está associado ao aumento do salário médio e da renda.

Sob outro aspecto, em 2019, 5,9 milhões de estudantes universitários eram economicamente ativos (PEA), ou seja, 62% do total de estudantes e 2,3 milhões compunham a população não economicamente ativa (PNEA) (PNADC, 2019). Do total dos estudantes economicamente ativos, 5,1 milhões estavam ocupados no mercado de trabalho (85,37%), o que justifica o foco desta investigação para os estudantes universitários que estão voltados para o mercado de trabalho. Se por um lado, explorar o mercado de trabalho durante o curso de graduação permite aquecer a rede de contatos e troca de experiências que, entre erros e acertos, podem facilitar a manutenção no mercado no futuro, por outro lado, há riscos de evasão escolar e menor participação nas atividades acadêmicas obrigatórias ou complementares à formação, que comprometem a sua plena formação. Nesse sentido, a perspectiva econômica dos estudantes do ensino superior pode lançar luzes sobre a relevância do acesso à rede pública do ensino superior e a sua participação no mercado de trabalho brasileiro, particularmente dos mais pobres.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é analisar a inserção do estudante pobre na rede pública de ensino superior e sua repercussão na participação no mercado de trabalho e emprego no Brasil. Para isso, descreve-se o perfil do estudante brasileiro do ensino superior público e privado, e estima-se o modelo Logit de probabilidades, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2019.

Este artigo está dividido em 3 seções além desta introdução. A seção 2 examina a educação de nível superior no Brasil e as publicações teóricas e empíricas sobre o tema. A seção 3 expõe a metodologia da pesquisa, e a seção 4 discute os resultados da investigação. Ao final, as conclusões são apresentadas.

Construção Teórica e Estudos Empíricos: Educação Superior, Renda e Trabalho

O Relatório da OECD (2020) afirma que a demanda pelo ensino superior no Brasil cresceu e o número de indivíduos, de 25 e 34 anos de idade, que concluiu o ensino superior no Brasil entre 2009 e 2019 aumentou 10 pontos percentuais, acima da média dos países da OECD. Nos países da OECD e no Brasil, 85% daqueles indivíduos com ensino superior completo estavam empregados e, no Brasil, esses indivíduos ganhavam 144% a mais do que aqueles que possuem apenas o ensino médio, e nos países da OECD, 54%. Dessa forma, o ensino superior no Brasil gera um diferencial relevante sobre os ganhos dos indivíduos comparados a outros países.

Em 2019, 1,3 milhão de pessoas concluíram o ensino superior no Brasil, sendo que somente 20% finalizaram a graduação em instituições públicas. As regiões menos desenvolvidas como norte e nordeste foram as que mais tiveram conclusões de cursos de graduação via instituições públicas.

De acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2019, foram implementadas 294 novas instituições de ensino superior entre 2009 e 2019, com aumento de 13%, sendo 57 públicas e 237 privadas (INEP, 2020a,b). O conjunto de instituições de ensino superior brasileiras (IES) totalizaram 2.608 no ano de 2019 (12% pública), que ofertaram 16,4 milhões de vagas para cursos de graduação (5% em instituições públicas). Entre 2009 e 2019, houve um aumento de 45% de matriculados em cursos de graduação, de 5,9 milhões para 8,6 milhões de matriculados em 2019, dos quais 24% foram realizadas em instituições de ensino superior públicas e 76% foram realizadas em IES privadas.

Estudos empíricos têm associado a educação, a renda e o trabalho. Sob a abordagem macroeconômica do impacto geral da educação na distribuição da renda, Langoni (1973), um dos autores pioneiros no Brasil, com o Censo de 1960 e 1970, chegou à conclusão de que parte do aumento da desigualdade de renda se dá por meio dos desequilíbrios do mercado de trabalho e da educação. Dias, Dias e Lima (2009) entenderam os efeitos da política educacional no crescimento socioeconômico com dados do IPEA de 1985 a 2000, e revelaram que os anos de educação no nível superior afetam positivamente a taxa de crescimento econômico.

Fernandes (2017) identificou os efeitos da educação superior sobre a desigualdade de renda e o crescimento econômico de longo prazo utilizando dados do INEP e da PNAD para o Brasil, de 2004 a 2014. A autora identificou que pessoas com ensino superior estão entre os que recebem maiores rendimentos e, por mais que o Brasil tenha expandido seu acesso ao ensino superior, a média de anos estudados é baixa, sendo necessário foco no ensino superior. Nesse sentido, Medeiros, Barbosa e Carvalhaes (2020) discutiram a expansão educacional do Brasil e a redução da desigualdade salarial e a pobreza do país, a partir dos dados da PNAD de 1976 a 2015 e o Censo de 1991, 2000 e 2010. Defenderam investimentos no ensino superior com políticas direcionadas para que todos os indivíduos tivessem oportunidades equivalentes de atingir o nível superior de educação.

Para uma visão microeconômica relacionada ao nível escolar e impacto no rendimento do indivíduo, Blom, Holm-Nielsen e Verner (2001) analisaram dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1982 a 1998, e afirmaram que pessoas com ensino superior possuíam alto incremento na renda. Balassiano, Seabra e Lemos (2005), em pesquisa para a região do Rio de Janeiro em 1999, utilizaram a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), e observaram a necessidade da qualificação para a inserção no mercado de trabalho e da maior acessibilidade à educação; mas apesar da renda ser maior para os indivíduos com maior escolaridade, eles nem sempre são os mais empregáveis.

Nos anos 2000, Verner (2005) revelou que pessoas com nível superior completo obtém os maiores retornos, mas indivíduos de origens pobres possuem menores retornos de rendimentos do que aqueles que possuem mesmo nível salarial de origens mais ricas. Manacorda, Sanchez-Paramo e Schady (2010) analisaram os rendimentos dos homens trabalhadores com diferentes níveis de escolaridade (fundamental, médio e superior) e o papel da oferta e demanda do mercado de trabalho, nas regiões metropolitanas/capitais dos países como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México. O aumento da oferta de trabalhadores com ensino médio completo resultou em grande redução salarial quando comparados com os rendimentos de trabalhadores com ensino fundamental completo, redução de demanda por concluintes do ensino médio e busca de trabalhadores com nível superior completo na América Latina.

Reis e Machado (2016) abordaram as oportunidades e as características do mercado de trabalho para os indivíduos que concluíram o ensino superior no Brasil pelo Censo 2010. Identificaram que há uma desigualdade extremamente elevada entre os rendimentos dos trabalhadores brasileiros de nível superior e o fator que mais impactou nesse resultado foi a divergência salarial entre as áreas de formação profissional, a atuação e o sexo do indivíduo. Rocha *et al* (2017) estabeleceram a relação entre ensino superior público e privado e a renda e emprego nos municípios brasileiros de 2000 a 2010. O crescimento do ensino superior está associado ao aumento do salário médio, da taxa de ocupação e da renda *per capita*. Eles também

identificam que concluintes de ensino superior público possuem maior correlação com os níveis salariais e de renda, enquanto os concluintes de instituições privadas possuem maiores correlações com a taxa de ocupação.

É fato também que havia um entendimento em relação à inserção dos estudantes em universidades públicas. Castro e Tannuri-Pianto (2019) investigaram o impacto distributivo da educação pública no Brasil, em 2012, e chegaram à conclusão de que, ao invés de proporcionar a redistribuição de renda dos mais ricos para os mais pobres, o Brasil aumentava essa disparidade de forma que o investimento feito na educação pública volta em sua grande maioria para a parcela mais rica da população brasileira. Em linha com esse pensamento, Trindade (2014) já havia elaborado uma revisão de literatura e pesquisa documental em que esclarecia que a privatização de serviços que deveriam ser disponibilizados gratuitamente aos universitários das classes inferiores colaborava com a manutenção da estrutura socioeconômica já existente e impedia a sua reconfiguração. Essa realidade pretendeu ser alterada a partir das políticas afirmativas implementadas no Brasil após a segunda década dos anos 2000.

Como tratado nesta seção, há evidências científicas para uma relação positiva entre educação superior, renda e rendimentos dos trabalhadores no país, e a origem social dos estudantes precisa ser considerada, assim como a política educacional direcionada para todos. Se se considerar a importância da dedicação aos estudos universitários e da postergação de sua inserção no mercado, esta pesquisa testa a hipótese de que a estrutura socioeconômica dos estudantes interfere na sua frequência à uma rede administrativa das instituições superiores de ensino e esta pode interferir na sua presença no mercado de trabalho ainda como estudantes.

Metodologia e base de dados

A base de dados, disponibilizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), utilizada neste trabalho é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019. A amostragem analisada foi dos indivíduos que frequentavam o ensino superior público ou privado no ano de 2019. O Quadro 1 resume as variáveis utilizadas.

O conceito de pobreza utilizado, definido por Kageyama e Hoffmann (2006), se baseia não somente nos critérios de renda monetária, mas também na carência de equipamentos básicos: ausência de água canalizada em pelo menos um cômodo, inexistência de banheiro ou sanitário e ausência de luz elétrica no domicílio ou propriedade. Esta pesquisa classificou como pobres os indivíduos em pobreza extrema (pessoas que têm a renda abaixo da linha de pobreza – menos de meio salário mínimo - e possuem privação dos três equipamentos básicos), pobres tipo I (possuem renda abaixo de meio salário-mínimo e acesso a apenas um dos três equipamentos) e pobres tipo II (pessoas com renda acima de meio salário-mínimo que possuem menos de dois equipamentos básicos). O indivíduo com renda familiar *per capita* acima de meio salário-mínimo que possui acesso a pelo menos dois dos três equipamentos básicos é classificado como não pobre.

Quadro 1. Variáveis utilizadas

Variáveis	Descrição
Sexo	homem ou mulher
Cor ou raça	branco ou não branco (pretos e pardos)
Idade	Idade em anos
Idade dos filhos	de 0 a 5 anos e de 6 a 13 anos
Quantidade de filhos	unidades
Nível de instrução do pai ou da mãe	até ensino médio incompleto (baixa instrução), ensino médio completo ou superior incompleto (média instrução) ou ensino superior completo ou mais (alta instrução)
Rede superior	rede pública (federal, estadual ou municipal) ou privada
Grupos ocupacionais	diretores ou gerentes, profissionais das ciências e intelectuais, técnicos de nível médio ou demais ocupações
Posição na ocupação	empregado do setor privado, trabalhador doméstico, empregado do setor público, empregador, trabalhador por conta própria
Setores econômicos	serviços, comércio, indústria ou agrícola
Trabalho formal e informal	Formal – com registro na carteira de trabalho e contribui para previdência social, ou informal – sem registro na carteira de trabalho e não contribui para a previdência social
Região que reside	urbana ou rural
Macrorregiões brasileiras	norte, nordeste, centro-oeste, distrito federal, sudeste ou sul
Renda domiciliar <i>per capita</i>	em reais
Faixa de renda domiciliar <i>per capita</i>	até um quarto de salário mínimo, entre um quarto e meio salário mínimo, entre meio e um salário mínimo, entre um e dois salários mínimos, entre dois e três salários mínimos, entre três e cinco salários mínimos ou mais do que cinco salários mínimos
Salário mensal e salário hora	Rendimento habitual do trabalho principal em reais
Tempo de serviço	Anos trabalhados
Cond. socioeconômica	Pobre e não pobre

Fonte: Elaboração dos autores

O modelo Logit utilizado nesta pesquisa, segundo Pindyck e Rubinfeld (2004), é baseado na função de probabilidade logística acumulada e é especificada como

$$P_i = F(Z_i) = F(\alpha + \beta X_i) = \frac{1}{1+e^{-Z_i}} = \frac{1}{1+e^{-(\alpha+\beta X_i)}} \quad (1)$$

em que e representa a base de logaritmos naturais, que é aproximadamente 2,718. P_i é a probabilidade de um indivíduo fazer uma determinada escolha, dado X_i .

Os modelos estão relacionados à probabilidade de os estudantes do ensino superior frequentarem as redes pública ou privada (equação 2), participarem do mercado de trabalho (equação 3), estarem ocupados (equação 4) e serem pobres (equação 5). Os modelos foram condicionados para indivíduos maiores de 16 anos que cursam o nível superior.

$$P(\text{redestudo})_j = \beta_0 + \text{cbio}'_i \theta + \text{filho}'_i \varphi + \text{uf}'_i \sigma + \phi \text{ocup}_i + \psi \text{urb}_i + \lambda \text{pob}_i + u_i \quad (2)$$

Onde *redestudo* é a *dummy* para a rede de ensino, sendo 1 para rede pública e 0 para rede privada; **cbio** é o vetor das variáveis gênero e cor; **filho** o vetor das variáveis de filhos de 0 a 5 anos e filhos de 6 a 13 anos de idade; **uf** o vetor das grandes regiões, Nordeste (base), Norte, Centro oeste, Sudeste, Sul e Distrito Federal; *ocup* a variável *dummy* da ocupação, sendo 1 ocupado e 0 caso contrário; *Pob* a variável *dummy* da pobreza, *urb* é a área de residência do indivíduo, uma *dummy* para urbano.

$$P(Pea)_j = \beta_0 + \mathbf{cbio}'_i\theta + \mathbf{filho}'_i\phi + \mathbf{uf}'_i\sigma + \phi Pobi + \psi urb_i + \lambda redestudo_i + \gamma rendadom_i + u_i \quad (3)$$

Onde, Pea_j corresponde à variável oferta de trabalho, sendo 1, pessoa na força de trabalho e 0 pessoa fora da força de trabalho, *rendadom* é a variável relacionada à renda domiciliar *per capita*. As demais variáveis estão descritas anteriormente.

As mesmas variáveis explicativas do modelo (3) também foram utilizadas para mensurar a probabilidade de ocupação dos indivíduos, conforme modelo (4).

$$P(Ocup)_j = \beta_0 + \mathbf{cbio}'_i\theta + \mathbf{filho}'_i\phi + \mathbf{uf}'_i\sigma + \phi Pobi + \psi urb_i + \lambda redestudo_i + \gamma rendadom_i + u_i \quad (4)$$

Onde, *Ocup* corresponde à condição de ocupação do estudante do ensino superior, sendo 1 quando o indivíduo estiver ocupado e zero caso desocupado.

O logit também foi aplicado para estimar a probabilidade de o indivíduo pertencer à classe socioeconômica de pobres, modelo (5).

$$P(Pob)_j = \beta_0 + \mathbf{ch}'_i\beta + \mathbf{cbio}'_i\theta + \mathbf{filho}'_i\phi + \mathbf{uf}'_i\sigma + \phi ocup_i + \psi urb_i + \gamma rendadom_i + u_i \quad (5)$$

Onde, *Pob* corresponde à variável pobreza, sendo 1 pobre e 0 não pobre; **ch** é o vetor das variáveis relacionadas ao capital humano, que reúne a Baixa instrução (base), Média e Alta Instrução. As outras variáveis foram anteriormente descritas.

Resultados da pesquisa e discussão

Perfil do estudante do nível superior brasileiro de 2019

Em 2019, havia 8,3 milhões de estudantes no ensino superior no Brasil, sendo 26% em instituições públicas (2.152.831) e 74% privadas (6.174.439), com base na PNADC 2019. A maior parte dos estudantes da rede pública é do sexo feminino, não brancos, com 24,7 anos (Tabela 1). A condição predominante na família é de filho, e tem relativamente menos filhos de 0 a 13 anos de idade, em relação à rede privada.

O nível de instrução dos pais dos estudantes em universidades públicas é pouco maior do que aqueles que estudam em universidades privadas, mais elevados

para as mães. A predominância de estudantes do ensino superior é localizada na zona urbana, na região sudeste do Brasil, 34,6% de rede pública e 47% de rede privada. Essa desigualdade na distribuição regional de estudantes de ensino superior pode ser resultante da desigualdade da disponibilidade de instituições nessas regiões, conforme consta no INEP (2020).

A renda domiciliar *per capita* dos indivíduos que estudam em instituições privadas é superior (2.027 reais) a das instituições públicas. Nas IES públicas, a média de indivíduos que tem renda domiciliar *per capita* menor do que 1 salário-mínimo (SM) é de 43,2%, maior do que aqueles que estudam em universidades privadas. Ainda, 43% possuem renda domiciliar entre 1 e 3 SM e 13,8% possuem renda domiciliar acima de 3 SM. Nas IES privadas, a predominância está naqueles indivíduos que possuem renda domiciliar entre 2 e 3 SM (52,6% dos estudantes), e aqueles que recebem acima de 3 SM representam 15,6%.

Tabela 1 – Indivíduos que estudavam no ensino superior no Brasil em 2019 (%)

Variável	Rede Pública		Rede Privada	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Mulher	0,5236	0,4994	0,5878	0,4922
Branco	0,4979	0,4999	0,5283	0,4992
Idade (anos)	25	7	27	9
<i>Condição na Família</i>				
Cônjuge	0,0710	0,2568	0,1496	0,3567
Chefe	0,1601	0,3667	0,2247	0,4174
Filho	0,6474	0,4778	0,5187	0,4996
Possuem filhos de 0 a 5 anos	0,2219	0,4156	0,2351	0,4240
Possuem filhos de 6 a 13 anos	0,2149	0,4107	0,2973	0,4570
Média número de filhos	1,3	0,5506	1,4	0,5889
<i>Instrução Mãe</i>				
Médio incompleto	0,3144		0,3346	
Ensino médio completo	0,3604	0,4801	0,3737	0,4838
A partir do ensino superior	0,3252	0,4684	0,2917	0,4545
<i>Instrução Pai</i>				
Médio incompleto	0,3884		0,4067	
Ensino médio completo	0,3454	0,4755	0,3656	0,4816
A partir do ensino superior	0,2661	0,4419	0,2277	0,4194
Residem no meio urbano	0,9452	0,2276	0,9593	0,1977
<i>Região do Brasil</i>				
Norte	0,1115	0,3148	0,0798	0,2711
Nordeste	0,2986	0,4576	0,1925	0,3942
Sudeste	0,3461	0,4757	0,4696	0,4991
Sul	0,1533	0,3603	0,1636	0,4991
Centro-Oeste	0,0655	0,2474	0,1636	0,2554
DF	0,0250	0,1562	0,0243	0,1541
Renda domiciliar <i>per capita</i> (R\$)	1.771,33	2.151,24	2.027,60	2.362,84
<i>Faixa de renda domiciliar</i>				
Até ¼ do SM	0,0509		0,0233	
Mais de ¼ e ½ do SM	0,1158	0,3200	0,0670	0,2500

Mais de ½ e 1 SM	0,2651	0,4414	0,2285	0,4199
Mais de 1 e 2 SM	0,3159	0,4649	0,3768	0,4846
Mais de 2 e 3 SM	0,1140	0,3178	0,1488	0,3559
Mais de 3 e 5 SM	0,0806	0,2722	0,0956	0,2941
Mais do que 5 SM	0,0577	0,2332	0,0599	0,2374
Pobres	0,1621	0,3686	0,0825	0,2751

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD Contínua 2019.

Considerando o estudante pobre aquele que recebe menos de meio SM e tem carência de água canalizada em pelo menos um cômodo, e de banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade e luz elétrica, o nível relativo de pobreza dos indivíduos que estudam em universidade pública (16,7%) é o dobro dos que estudam em universidades privadas (9%), o que indica a absorção dos pobres pelas instituições superiores públicas. As políticas públicas efetivadas com o objetivo de corrigir desigualdades presentes na sociedade brasileira contribuíram para esse resultado, especialmente a política de cotas raciais associadas ao perfil socioeconômico familiar vulnerável, a partir de 2012.

Todavia, em termos absolutos há ainda mais estudantes pobres no sistema privado da educação superior (509.391) do que no sistema público (348.974). Ações como o Programa Universidade para Todos, que proporcionou bolsas de estudos para a formação superior na rede privada aos estudantes egressos do ensino médio na rede pública, ou de bolsa de estudos em rede privada aos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio das notas do Enem contribuíram para isso (Exame Nacional do Ensino Médio), a partir de 2005 (MOREIRA *et al*, 2017).

Em 2019, 5.985.113 estudantes eram economicamente ativos (PEA), ou seja, 62% do total de estudantes, e 2.342.157 estudantes compunham a população não economicamente ativa (PNEA). Do total dos estudantes economicamente ativos, PEA, 875.541 estavam desocupados e 5.109.572 ocupados no mercado de trabalho.

Cinco milhões de estudantes do ensino superior estão ocupados no mercado de trabalho sendo que 18% frequentam a rede pública de ensino (956.850) e 82% a rede privada (4.152.732) (Tabela 3). A maioria dos ocupados é de mulheres: para instituições públicas, 50,7% e, para instituições privadas, 55,4%. Nas IES públicas, 52,46% são pretos e pardos e, nas IES privadas, 52,6%. Nas IES públicas, a média de idade é de 27,4 anos, enquanto nas privadas é de 28,3 anos.

Tanto nas IES públicas quanto nas privadas, a proporção daqueles que se identificam como chefes de família é de aproximadamente 26%. Nas IES públicas, estão mais na condição de filhos e possuem proporcionalmente menos filhos de 0 a 13 anos, em relação aos que estudam nas IES privadas. É nítida a menor escolaridade dos pais, especialmente do pai, entre os estudantes que estão ocupados no mercado de trabalho. A grande maioria reside em meio urbano, e no Sudeste (público – 36,8% e privado – 48%). A região com menor participação é a Centro-Oeste (7,3%) quando analisada a iniciativa pública e a região Norte (7%) na privada.

Dos estudantes da rede pública ocupados, 8,5% são pobres, e na rede privada, 4,7%. Nas instituições públicas, os indivíduos que estudam e trabalham possuem renda domiciliar *per capita* menor (1.860 reais) do que nas IES privadas (2.010 reais). Na análise da distribuição da renda domiciliar, predomina os estudantes que possuem de 1 a 2 SM tanto para IES pública quanto para privada. Daqueles que recebem mais do que 5 SM e estão no ensino superior público, a média é a menor com 5% (proporção idêntica à IES privada). Mesmo assim, os indivíduos que recebem menos

do que ½ SM predominam em IES pública (9,1%) em relação à privada (5,4%).

Tabela 3 – Estudantes do ensino superior que estavam ocupados no Brasil em 2019 (%)

Variável	Rede Pública		Rede Privada	
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio Padrão
Mulher	0,5072	0,4999	0,5539	0,4971
Branco	0,4759	0,4994	0,5257	0,4993
Idade(anos)	27	8	28	9
<i>Condição na Família</i>				
Cônjuge	0,1074	0,3096	0,1713	0,3768
Chefe	0,2606	0,4390	0,2665	0,4421
Filho	0,5158	0,4997	0,4635	0,4987
Possuem filhos de 0 a 5 anos	0,2472	0,4314	0,2314	0,4217
Possuem filhos de 6 a 13 anos	0,2332	0,4229	0,2978	0,4573
Média quantidade de filhos	1,4	0,5623	1,4	0,5878
<i>Instrução Mãe</i>				
Médio incompleto	0,3711		0,3849	
Ensino médio completo	0,3909	0,4880	0,3820	0,4859
A partir do ensino superior	0,2380	0,4258	0,2331	0,4228
<i>Instrução Pai</i>				
Médio incompleto	0,4622		0,4588	
Ensino médio completo	0,3239	0,4680	0,3584	0,4795
A partir do ensino superior	0,2139	0,4101	0,1829	0,3866
Residem no meio urbano	0,9517	0,2144	0,9601	0,1956
<i>Região do Brasil</i>				
Norte	0,0965	0,2953	0,0699	0,2550
Nordeste	0,2701	0,4440	0,1696	0,3753
Sudeste	0,3683	0,4824	0,4799	0,4996
Sul	0,1767	0,3814	0,1876	0,3904
Centro-Oeste	0,0727	0,2596	0,0724	0,2591
DF	0,0156	0,1240	0,0206	0,1421
<i>Setores econômicos</i>				
Serviços	0,6792	0,4668	0,6531	0,4760
Comércio	0,1510	0,3581	0,1899	0,3922
Indústria	0,1500	0,3570	0,1437	0,3508
Agrícola	0,0198	0,1395	0,0133	0,1145
<i>Grupo Ocupacional</i>				
Diretores ou Gerentes	0,0315	0,1746	0,0506	0,2192
Ciências e Intelectuais	0,1734	0,3786	0,1096	0,3124
Técnicos de Nível Médio	0,2415	0,4280	0,2307	0,4213
Demais ocupações	0,5536	0,4971	0,6091	0,4880
Mercado de Trabalho Formal	0,6031	0,4893	0,7240	0,4470
<i>Posição na Ocupação</i>				
Empregado setor privado	0,5398		0,6643	

Trabalhador doméstico	0,0174	0,1307	0,0123	0,1103
Empregado do setor público	0,2807	0,4494	0,1802	0,3843
Empregador	0,0201	0,1405	0,0216	0,1454
Conta Própria	0,1182	0,3228	0,1068	0,3088
Não remunerado	0,0238	0,1523	0,0148	0,1207
Salário Real Mensal (R\$)	1.689,25	2.607,49	1.876,35	2.291,57
Salário Hora (R\$)	11,89	15,75	12,22	24,83
Tempo de Serviço (anos)	2,99	4,25	3,73	4,58
Renda domiciliar <i>per capita</i> (R\$)	1.860,33	2.152,48	2.010,27	1.965,42
<i>Faixa de renda domiciliar</i>				
Até ¼ do SM	0,0169		0,0070	
Mais de ¼ e ½ do SM	0,0737	0,2613	0,0471	0,2118
Mais de ½ e 1 SM	0,2738	0,4459	0,2240	0,4169
Mais de 1 e 2 SM	0,3758	0,4843	0,4173	0,4931
Mais de 2 e 3 SM	0,1314	0,3378	0,1552	0,3621
Mais de 3 e 5 SM	0,0782	0,2685	0,0991	0,2987
Mais do que 5 SM	0,0503	0,2185	0,0505	0,2189
Pobres	0,0853	0,2794	0,0472	0,2120

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD Contínua 2019.

A grande maioria dos indivíduos está inserida no setor de serviços e técnicos de nível médio. Desses estudantes da rede pública que trabalham, 60,3% estão inseridos no mercado de trabalho formal, e das IES privadas, 72,4% estão inseridos nesse mercado. A maioria desses indivíduos é empregado do setor privado (rede pública – 54%; rede privada – 66,4%) e, em segundo lugar, estão aqueles que são empregados do setor público (público – 28,1%; privado – 18%). Das IES públicas e privadas, respectivamente, 11,8% e 10,7% trabalham por conta própria. Apenas 2% de ambas as iniciativas administrativas são empregadores. A participação dos que fazem trabalhos domésticos é de 1,7% nas IES públicas e 1,2% nas IES privadas.

Aqueles que estudam em instituições públicas e estão ocupados recebem menores salários reais mensais (1.689 reais) do que aqueles que frequentam IES privadas (1.876 reais). Porém, quando avaliado o salário hora desses indivíduos, o valor é igual para ambas as iniciativas, 12 reais por hora trabalhada, bem como o tempo de serviço é semelhante entre as IES públicas e privadas, média de 3 anos trabalhados.

Os relatórios publicados pelo INEP (2020) e OECD (2020) sobre os retornos salariais da educação mostram que os concluintes do ensino superior inseridos no mercado de trabalho têm salários maiores no Brasil. A literatura empírica existente também tem comprovado a associação positiva entre a educação superior e a renda e salários (LANGONI, 1973; DIAS; DIAS; LIMA, 2009; BLOM; HOLM-NIELSEN; VERNER, 2001; VERNER, 2005) e adiantado que os concluintes da educação superior pública recebem salários maiores do que da educação particular (ROCHA *et al*, 2017). Os dados desta pesquisa sugerem, então, que a vantagem salarial por hora e mensal, pela rede pública, não ocorre durante a realização do curso, mas sim, com a conclusão do curso superior.

Pode-se concluir que os estudantes do ensino superior na rede pública no Brasil em 2019 e estavam ocupados no mercado de trabalho eram, em grande parte, mulheres, pardos e pretos, com idade média de 27 anos, na condição de filhos no

domicílio, que possui filhos de 0 a 5 anos de idade e cujo nível de instrução da mãe foi ensino médio completo e do pai ensino médio incompleto. Residem no meio urbano, com a maior parte na região sudeste do Brasil. Sua renda domiciliar *per capita* é de R\$1.860 e a parcela pobre é maior do que na IES privada (8,5% e 4,7%, respectivamente). Eles trabalham no setor econômico de serviços e estão inseridos no mercado formal de trabalho, no setor privado, com salário hora de R\$12,00 e 3 anos de tempo de serviço. Já na rede privada superior, os estudantes ocupados são, na maioria, mulheres, de cor de pele branca, 28 anos, com filhos de 6 a 13 anos de idade, cujos pai e mãe não completaram o ensino médio. Estão concentrados no meio urbano, na região sudeste do Brasil, com renda domiciliar *per capita* de R\$2.010, salários entre 1 e 2 SM e percentualmente menos pobres.

Estudantes pobres no ensino superior: frequência na rede pública, participação no mercado de trabalho e ocupação

A análise da interferência das características pessoais, regionais e socioeconômicas do estudante na rede superior pública e no mercado de trabalho brasileiro foi realizada pela aplicação da regressão logística sobre os microdados da PNADC 2019, e os resultados dos efeitos marginais estão discutidos a seguir. Os principais fatores analisados foram gênero, a presença de filhos, as regiões de residência e a condição de pobreza.

A Tabela 4 revela que 21% dos estudantes do ensino superior têm a chance de estar no ensino superior público. Ser pobre aumenta em 8% as chances de estar em uma instituição de nível superior pública em relação ao indivíduo não pobre. As regiões mais desenvolvidas afetam negativamente a probabilidade de frequência do estudante do ensino superior público, de forma que, comparados aos que residem na região nordeste, aquele que reside na região sudeste tem suas chances reduzidas em 8%, na região sul, em 8%, na região centro-oeste, 7%, e no Distrito Federal, em 11%.

Ser mulher reduz em 6% as chances de estudar em uma instituição pública quando comparados aos estudantes homens, e possuir filhos de 6 a 13 anos impacta negativamente em 5% as chances de um estudante frequentar a rede superior pública comparados aos estudantes que não possuem filhos nessa idade. Os dados para a cor da pele e ocupação não foram estatisticamente significativos.

O fato de a mulher ter suas possibilidades diminuídas na frequência à escola pública pode advir das atividades domésticas e o cuidado da família que reduzem a dedicação das mulheres aos estudos, o que dificulta a frequência e o acesso mais concorrido nas instituições públicas. O período reprodutivo biológico feminino interfere na ausência das escolas e no retorno depreciado em termos de conhecimento para galgar espaços e se manter no curso superior público.

Por outro lado, estudantes universitários que residem no nordeste, região mais pobre do Brasil, bem como pessoas em condição de pobreza, possuem maiores chances de frequentar IES públicas. Esse resultado deve ter se viabilizado devido às ações afirmativas de cotas associadas ao perfil socioeconômico familiar vulnerável, a partir de 2012 no país, com o intuito de saldar a dívida histórica com os mais pobres e em busca de amenizar os problemas da desigualdade social no Brasil. Além disso, conforme Medeiros, Barbosa e Carvalhaes (2020) e Trindade (2014), expostos neste trabalho, a ideia da educação para todos e a educação superior pública, principalmente aos mais pobres, reduzem a desigualdade de renda e possibilitam a mobilidade socioeconômica desses indivíduos.

Tabela 4 – Probabilidades do estudante frequentar o ensino superior público no Brasil. Efeitos marginais.

Variável	dy/dx	Desvio Padrão	P> z
Mulher	-0,0603	0,0119	0,000
Branco	-0,0093	0,0125	0,902
Filho de 0 a 5 anos	-0,0169	0,0134	0,207
Filho de 6 a 13 anos	-0,0542	0,0122	0,000
Urbano	0,0225	0,0211	0,285
Norte	-0,0161	0,0170	0,346
Sudeste	-0,0858	0,0139	0,000
Sul	-0,0736	0,0152	0,000
Centro-Oeste	-0,0728	0,0173	0,000
DF	-0,1093	0,0224	0,000
Ocupado	-0,0246	0,0230	0,285
Pobre	0,0752	0,0262	0,004
y = Pr(redestudo) (predict)	0,21019		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD Contínua 2019.

A Tabela 5 tem o propósito de mensurar e discutir a probabilidade de o estudante do ensino superior participar do mercado de trabalho no Brasil, controladas as suas características pessoais, regionais, socioeconômicas e da rede administrativa de ensino. Especificamente, compreende-se a influência da rede de ensino superior pública e da pobreza na participação do estudante no mercado, comparando com a rede privada. Nesse caso, estudar na rede pública superior reduz em 6% as chances de o estudante voltar-se para o mercado de trabalho em relação aos que estudam em instituições de ensino privadas. A gratuidade do curso superior colabora para a dedicação aos estudos e a percepção da não necessidade de seu acesso ao mercado de trabalho prematuramente. É também possível que parte desses estudantes invistam seu tempo em pesquisas subsidiadas pelo Estado por meio de bolsas de estudos que não permitem o trabalho remunerado.

A situação de pobreza do estudante também reduz em 18% as chances de participação no mercado de trabalho. Para isso deve ter colaborado o programa de subsídio PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil, criado em 2008 com o objetivo de reduzir a evasão do ensino superior público prevendo auxílio alimentar, de transporte, de saúde, entre outros para garantir a condição de permanência desses indivíduos (MOREIRA *et al*, 2017). Nesse caso, haveria o estímulo à permanência nas universidades, bem como a sua não exposição ao mercado de trabalho. É importante, no entanto, que as universidades públicas tenham estabelecidos na política educacional e de orientação pedagógica, uma estrutura de informações sobre a dinâmica do mercado, treinamento para a busca de empregos pós-conclusão da graduação, e localização de rede de relacionamentos que favoreçam a inserção no mercado de trabalho (MELO; BORGES, 2007).

Tabela 5 – Probabilidades de participação do estudante do ensino superior no

mercado de trabalho no Brasil. Efeitos marginais.

Variável	dy/dx	Desvio Padrão	P> z
Mulher	-0,0948	0,0080	0,000
Branco	-0,0139	0,0089	0,118
Filho de 0 a 5 anos	0,0103	0,0093	0,267
Filho de 6 a 13 anos	0,0339	0,0084	0,000
Urbano	-0,0185	0,0129	0,153
Norte	-0,0286	0,0143	0,045
Sudeste	-0,0075	0,0122	0,539
Sul	0,0077	0,0130	0,554
Centro-Oeste	-0,0100	0,0164	0,543
DF	-0,0646	0,0326	0,048
Rede Pública	-0,0560	0,0110	0,000
Renda domiciliar <i>per capita</i> (R\$)	0,0001	0,0000	0,000
Pobre	-0,1830	0,0222	0,000

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD Contínua 2019.

O estudante do ensino superior do gênero feminino possui 9% de chances a menos de participar do mercado de trabalho quando comparado ao indivíduo do gênero masculino. Isso pode ser associado ao fato de que o perfil do estudante de nível superior no Brasil é de mulheres na condição de filhas, tendo a possibilidade de focarem seu tempo exclusivamente no estudo, ou de realizar as atividades domésticas em detrimento de participação no mercado de trabalho remunerado. Possuir filhos de 6 a 13 anos aumenta em 3% a probabilidade de o estudante participar do mercado, explicado pela necessidade de manutenção econômica dos filhos menores, e menos chance de ser estudante de escola pública superior. A cor da pele não foi estatisticamente significativa.

Residir na região norte e DF reduz em 3% e 6%, respectivamente, a probabilidade de um indivíduo que frequenta o ensino superior ofertar mão de obra no mercado de trabalho em comparação aos que residem na região nordeste.

As chances de um estudante do ensino superior estar ocupado no mercado de trabalho, dadas as suas características pessoais, regionais e socioeconômicas, são também esclarecidas (Tabela 6). Identificam-se os principais fatores que influenciam nesta decisão e, especificamente, o impacto da rede de ensino e da pobreza. Em média, 95% dos estudantes de ensino superior têm a chance de estarem ocupados. Essa porcentagem é maior quando comparada aos dados sobre concluintes do ensino superior no Brasil, publicados pela OECD, em que 85% desses concluintes estavam ocupados em 2019.

Tabela 6 – Probabilidades de ocupação do estudante do ensino superior no mercado

de trabalho no Brasil. Efeitos marginais

Variável	dy/dx	Desvio padrão	P> z
Mulher	-0,0153	0,00456	0,001
Branco	-0,0072	0,00486	0,136
Filho de 0 a 5 anos	0,0173	0,00443	0,000
Filho de 6 a 13 anos	0,0311	0,00439	0,000
Urbano	-0,0248	0,00498	0,000
Norte	-0,0057	0,00741	0,440
Sudeste	-0,0118	0,00694	0,089
Sul	0,0076	0,00688	0,271
Centro-Oeste	0,0049	0,00821	0,547
DF	-0,0399	0,0227	0,079
Rede Pública	-0,0067	0,00563	0,231
Renda domiciliar per capita (R\$)	0,0000	0,00000	0,000
Pobre	-0,0924	0,02014	0,000
y = Pr(ocupados) (predict)		0,95962	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD Contínua 2019.

Os dados para a rede de estudo pública não foram estatisticamente significativos. Ser pobre reduz em 9% as chances de um indivíduo que estuda no ensino superior de ocupar-se no mercado de trabalho. Semelhante ao discutido anteriormente, isso deve ocorrer pelo fato do estudante pobre que estuda em universidades públicas beneficiar-se do ensino gratuito e/ou ter acesso à programas de subsídio com o intuito de dar condições de permanência na universidade, como o PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil, criado em 2008 e que previa auxílio alimentar, de transporte, de saúde, entre outros para garantir a condição de permanência desse indivíduo (MOREIRA *et al*, 2017). Se a ocupação do estudante no mercado de trabalho pode desenvolver seus relacionamentos e experiência para a sua manutenção no mercado de trabalho após a conclusão dos estudos universitários, é fato também que pode provocar a evasão universitária, que comprometerá a sua empregabilidade e os salários no futuro. As pesquisas de Verner (2005), Balassiano, Seabra e (2005), Blom, Holm-Nielsen e Verner (2001) e Rocha et al (2017), mostram que os graduados têm maior grau de empregabilidade e de salários e, por isso, há necessidade do término do curso de graduação universitária.

O fato de ser mulher reduz em 2% a probabilidade de ocupação em comparação ao homem, contrapondo ao perfil do universitário ocupado sem o controle de outras variáveis, definido na Tabela 3. Possuir filhos de 0 a 5 e de 6 a 13 anos aumenta, respectivamente, em 2% e 3% as chances deste indivíduo estar ocupado em relação àqueles que não possuem filhos, sendo associado ao custo de manutenção de um filho sob responsabilidade desse universitário. O estudante que reside em meio urbano, no Sudeste e DF, possui as chances de ocupação reduzidas em relação àqueles que residem em meio rural e no nordeste.

Para finalizar, esta pesquisa calcula a probabilidade de os estudantes do ensino superior serem pobres, segundo as suas características, e a influência da rede de

estudo pública em sua situação socioeconômica (Tabela 7).

Tabela 7 – Probabilidades do estudante do ensino superior ser pobre no Brasil. Efeitos marginais

Variável	dy/dx	Desvio Padrão.	P> z
Mulher	0,0081	0,0044	0,065
Branco	-0,0174	0,0050	0,001
Filho de 0 a 5 anos	0,0340	0,0068	0,000
Filho de 6 a 13 anos	0,0303	0,0061	0,000
Urbano	-0,1030	0,0169	0,000
Norte	-0,0055	0,0048	0,253
Sudeste	-0,0414	0,0047	0,000
Sul	-0,0393	0,0047	0,000
Centro Oeste	-0,0230	0,0044	0,000
DF	-0,0266	0,0057	0,000
Rede Pública	0,0164	0,0060	0,006
Ocupados	-0,1779	0,0227	0,000
y = Pr(pobretotal) (predict)		0,03676	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD Contínua 2019.

Com isso, a probabilidade de o indivíduo que frequenta o ensino superior ser pobre é, em média, 37%, dadas suas características. Estar frequentando a rede pública de ensino superior aumenta em 2% as chances desse estudante estar na condição de pobreza em relação àquele que frequenta a rede privada. Isso confirma a absorção dos estudantes pobres nas instituições públicas no Brasil.

Ser mulher, não branco e ter filhos menores de 13 anos elevam as chances do universitário ser pobre. Mas o estudante que está ocupado, residente em meio urbano e nas regiões mais desenvolvidas do país tem diminuídas as possibilidades de pobreza.

Conclusões

O objetivo deste artigo foi analisar a inserção do estudante em situação de pobreza na rede pública de ensino superior e no mercado de trabalho no Brasil. De forma geral, o estudante do ensino superior público no Brasil, em comparação à rede privada, é relativamente mais novo, não branco, residente em regiões menos desenvolvidas, e relativamente mais pobre.

A partir dos controles das características dos estudantes, esta pesquisa indica que a probabilidade de um estudante pobre frequentar a IES pública é maior do que na privada. Essa chance é aumentada quando ele reside em região menos desenvolvidas e é não branco. Para isso, podem ter colaborado as políticas de cotas raciais e de estudantes originários de escolas públicas, em geral de menor renda, para o acesso às instituições superiores públicas no país.

A frequência do estudante à rede universitária pública promove a redução da sua participação e ocupação no mercado de trabalho, o que de outro modo significa maior dedicação aos estudos no ensino superior de graduação, diminuição da evasão

escolar e maior possibilidade de presença em atividades acadêmicas curriculares e extra-curriculares, complementares à sua formação. Nesse caso, esta pesquisa insiste na necessidade de esclarecimentos sobre a dinâmica específica do mercado para os estudantes, através de uma estrutura de referências, orientação na busca de emprego e tomada de decisão para após a conclusão do curso, treinamentos para desenvolvimento de outras habilidades pessoais e de atitude proativa durante o curso de graduação.

Desse modo, esta investigação afirma a relevância do ensino superior público para os estudantes, e percebe a necessidade de ampliação do tema com a identificação das áreas de formação dos estudantes e sua associação com o mercado de trabalho, que deve ser possibilitada com dados do suplemento da educação da PNADC e com o novo Censo Demográfico no país.

Referências

BALASSIANO, M.; SEABRA, A. A.; LEMOS, A. H. Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano? **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 9, n. 4, p. 31-52, out/dez, 2005.

BERGMANN, A.; RIBEIRO, F.; NIQUITO, T.; TEIXEIRA, G. O efeito da expansão dos institutos e das universidades federais sobre o mercado de trabalho. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 38, n. 77, p. 259-296, set, 2020.

BLOM, A.; HOLM-NIELSEN, L.; VERNER, D. **Education, earnings, and inequality in Brazil: 1982-1998**: implications for education policy. Washington: The World Bank, 2001.

CASTRO, C. R. M.; TANNURI-PIANTO, M. E. Educação superior pública no Brasil: custos, benefícios e efeitos distributivos. **Nova Economia**, v. 29, n. 2, p. 623-649, 2019.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Panorama Social da América Latina, 2019. Resumo executivo. Santiago, 2020.

DIAS, J.; DIAS, M. H.; LIMA, F. Os efeitos da política educacional no crescimento econômico: teoria e estimativas dinâmicas em painel de dados. **Revista de Economia Política**, v. 29, n. 3, p. 232-251, jul/set, 2009.

FERNANDES, M. G. S. **Educação superior no Brasil**: efeitos sobre as desigualdades de renda e o crescimento econômico de longo prazo. 2017. Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior no Brasil**: principais resultados. Brasília, 2020a.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019**. Brasília, 2020b.

KAGEYAMA, A; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.

LANGONI, C. G. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil: uma reafirmação. **Ensaio Econômico da EPGE**, n. 8, 1973.

MANACORDA, M; SANCHEZ-PARAMO, C.; SCHADY, N. Changes in returns to education in Latin America: the role of demand and supply of skills. **Industrial and Labor Relations Review**, v. 63, n. 2, p. 307-326, 2010.

MEDEIROS, M; BARBOSA, R.; CARVALHAES, F. Educational expansion, inequality and poverty reduction in Brazil: A simulation study. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 66, 2020.

MELO, S. L.; BORGES, L.O. A transição da Universidade ao mercado de trabalho na ótica do jovem. **Psicologia, ciência e profissão**, v., n.3, p. 376-395, 2007.

MOREIRA, G. O.; FERRARESI, F. H.; CARVALHO, E. M.; AMARAL, E. Inclusão social e ações afirmativas no ensino superior no Brasil: para quê? **Revista Ensino Superior Unicamp**, ago 2017. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/inclusao-social-e-acoes-afirmativas-no-ensino-superior-no-brasil-para-queij>. Acesso em: 17/10/2021.

OECD. ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Education at a glance 2020**. Country Note: Brazil, 2020.

OLIVEIRA, R. C.; SILVEIRA NETO, R. M. Expansão da escolaridade e redução da desigualdade regional de renda no Brasil entre 1995 e 2011: progressos recentes e desafios presentes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 41-65, 2016.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Econometria**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

REIS, M.; MACHADO, D. Uma análise dos rendimentos do trabalho entre indivíduos com ensino superior no Brasil. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 4, p. 415-437, 2016.

ROCHA, R.; MENEZES FILHO, N.; OLIVEIRA, A.; KOMATSU, B. A relação entre o ensino superior público e privado e a renda e emprego nos municípios brasileiros. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 39-69, 2017.

TRINDADE, H. Educação, luta de classes e políticas educacionais no contexto da contrarreforma: notas sobre a UERN. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 16, n. 2, p. 228-248, 2014.

VERNER, D. **Wage Determination in Northeast Brazil**. Washington, DC: World Bank, 2005.